

Turismo e a Problemática da Integração de Atores: um Diálogo com a Proposta de Redes Sociotécnicas

Angye Cássia Noia¹

Resumo

Discutir a problemática da integração de atores no âmbito da formatação e promoção do Turismo à luz da teoria de redes sociotécnicas, do campo da Sociologia Econômica, reflete a intenção de construir novos olhares para um entrave comumente observável e verbalizado por gestores e estudiosos da área de turismo. Ao invés de cobrar ou esperar uma “integração natural”, uma espécie de plenitude de consciência e respeito na condução de processos de cooperação, propõem-se pautar as propostas de integração em motivações reais. A visão de associação em torno de um projeto com interesses comuns, que norteia a constituição de redes sociotécnicas, pode transpor para o turismo efeitos que induzam à formação de parcerias e ao fortalecimento de ações em prol do desenvolvimento da atividade e do local, agregando recursos e acessos/vínculos relevantes, bem como a geração e aproveitamento de oportunidades, sem mistificar a cooperação, pois reconhece os desvios e distorções inerentes aos processos. Para este estudo foram feitas pesquisas bibliográficas, fazendo-se o uso do método analítico com o objetivo de encontrar caminhos passíveis de aplicação da teoria de redes sociotécnicas no campo do turismo.

Palavras-chave: Turismo. Integração. Redes Sociotécnicas. Eficiência. Eficácia.

Introdução

Este artigo tem por finalidade discutir a problemática da integração de atores no âmbito da formatação e promoção da atividade turística, tomando a teoria de redes sociotécnicas, do domínio da Sociologia Econômica, como paradigma diretivo com potencial inovador na condução de processos como sensibilização, cooperação, formação de parcerias e integração entre os agentes da esfera pública, privada e da sociedade. Constituir uma rede dessa natureza significa agregar indivíduos com capacidades, recursos e posições distintas, diferenciação que se torna crucial para o funcionamento da rede e, portanto, para alcançar

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (CPDA/UFRRJ-RJ), turma 2008-2012, bolsista CAPES, Mestre em Cultura e Turismo pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC-BA), Graduada em Economia pela UESC-BA. E-mail: angyecassianoia@yahoo.com.br.

melhores resultados, o que não implica, logicamente, em partilha igualitária dos ganhos, ou seja, todos ganham conforme sua inserção no grupo.

A noção de “grupo” não inviabiliza ações individuais e nem preconiza vínculos permanentes. As conexões entre os atores se dão por interesses mútuos acerca de determinados projetos. Dito isso, é importante considerar, por outro lado, que os atores/grupos com menor potencial de ação tendem a explorar melhores condições ao integrar uma rede desse tipo, visto que serão realizados acessos, aquisição de recursos, informações e capacidades de explorar nichos de mercado inexploráveis na condição individual. Ganham em força e em difusão de processos inovadores. Assim, não se espera dos grupos um senso natural de cooperação, ao contrário, o interesse pela cooperação seria desenvolvido ao perceberem que o trabalho em conjunto proporcionaria melhores resultados.

Complementarmente, é necessário evidenciar que as esferas pública, privada e a sociedade funcionam com lógicas, dinâmicas e interesses que ora convergem, ora divergem em meio a conflitos que surgem da interação entre essas esferas nos espaços social, econômico, político e ambiental dos quais fazem parte. Tensões que precisam ser continuamente equacionadas para traçar planos de ação, alcançar comprometimento e responsabilidade no cumprimento de papéis. Nessa perspectiva, sem pretender polemizar acerca da transição de grupos políticos no poder, nem mesmo sobre desvios e discontinuidades, o setor público será tomado como uma instância legitimamente capaz de equilibrar interesses individuais e coletivos na condição de “ator-rede” (proposição da teoria de redes sociotécnicas), asseverando tal proposição através da noção de “núcleo duro” (IBARRA et al, 2002).

Para que a ação coletiva seja estabelecida e tenha condições de fluidez é crucial a “existência de um núcleo duro que exerça uma função de liderança, que dote de coerência as propostas e que interaja com o resto do entorno organizacional” (IBARRA et al, 2002, p. 40). A operacionalização dessa concepção não se faz isoladamente, é preciso estar em harmonia com outra construção citada por Ibarra et al (2002, p. 41), o “entorno social mobilizado”, que expressa a agregação de atores e grupos/redes responsáveis pela execução das ações propostas e apoio à instância central (o “núcleo duro” ou “ator-rede”), comungando princípios e concepções para uma atividade, um projeto, um destino.

Redes Sociotécnicas: conformação e lógicas de atuação

De maneira oposta às redes sociais, formadas a partir de vínculos sentimentais no seio familiar, entre amigos, colegas de trabalho e demais grupos de convivência, as redes sociotécnicas são estruturadas a partir de motivações específicas, de projetos com durabilidade definida capazes de mobilizar redes/atores heterogêneos em função dos resultados esperados. Os elementos responsáveis pela dinamização de todo o processo são humanos e não-humanos – artefatos que permeiam todo o processo de geração de tecnologia de produtos e serviços, de desenvolvimento de projetos, de inovações e modelagem de cenários.

Os artefatos podem ser objetos materiais que integram processos tecnológicos, conforme fontes analíticas originais da teoria, ou, extrapolando seu espectro na busca de aplicar essa teoria ao turismo, cujo caráter imaterial é marcante, pode-se pensar esses artefatos por meio de duas vertentes: a) pelo prisma da materialidade, ao considerar aspectos como infraestrutura, espaços, recursos; e b) pelos conhecimentos indispensáveis como cultura local, função social, demandas externas ou tendências, por exemplo. Elementos sem os quais a interação dos indivíduos não conformaria novos procedimentos, oportunidades e processos capazes de contribuir para o sucesso da atividade turística em vista de sua integração ao desenvolvimento local de um destino turístico.

Os agentes que compõem as redes sociotécnicas possuem capacidades, interesses, campos de atuação e trajetórias diferenciadas. Fatores que “naturalizam” a existência de pressupostos como a hierarquia, flexibilidade, temporalidade conjuntural, diferenciação das capacidades, das dotações de recursos e das relações de poder. Ao conseguir mobilizar indivíduos em torno de um projeto, utilizando normatizações e instrumentos específicos para cada demanda, a rede é capacitada e adquire plasticidade considerável, fortalecendo-se para reagir melhor a ciclos locais, nacionais e globais em função do potencial de ação coletiva sustentado por acordos que harmonizam interesses mesmo com a presença de conflitos e tensões latentes. Nesse contexto, a

criação de um produto [ou serviço] representa um processo no qual um padrão de referência surge para substituir a multiplicidade de produtos e processos. Assim, certos valores, que talvez representem apenas os interesses setoriais de alguns atores, são selecionados e transformados em *standards* e normas técnicas. Em seguida essas

normas são universalizadas, provocando uma [padronização] que atinge não apenas os produtos e os processos, mas também os atores (WILKINSON, 2002, p. 18).²

Esse argumento evidencia o fato de que tecnologias não têm vida própria. É importante compor uma rede de interesses para que seja difundida e seus usos construídos socialmente em interfaces gradativas e permanentes entre a ciência e a realidade. Por um lado, faz-se necessário garantir o respeito às especificidades, valores e interesses econômico-culturais dos residentes, por outro lado, fica patente a importância de inovar continuamente os processos de prestação de serviços em conformidade com as ondas de transformações no mercado internacional. Nesse sentido, o sucesso das ações tecnológicas ou inovadoras depende mais e simetricamente da capacidade de agregação (harmonização de interesses) e atuação da rede (humanos e não-humanos) e menos da superioridade do conhecimento acumulado. Logo, inovações e processos de difusão tecnológica são em essência constructos sociais, uma vez que fomentam o diálogo, a reflexividade, a tradução e aglutinação de interesses geradores de ação coletiva.

O foco analítico é, portanto, a habilidade de agregação de atores heterogêneos capazes de produzir transformações, padrões institucionais e de organização conduzindo relações mais eficientes dentro das e entre as redes. Os demais cenários resultantes gravitam em torno da mecânica de disputas, construção, uso e legitimação do poder, considerado um recurso decisivo para abrir espaços estratégicos e criar oportunidades em redes sociotécnicas. Os efeitos positivos dos projetos desenvolvidos entre os atores não dependem, porém, apenas da acumulação de poder, necessitam de arranjos coletivos eficazes e eficientes. Quanto mais adequada e suficiente for a concatenação, coordenação e estabilidade relacional das redes melhores e mais duradouros serão os efeitos, produtos ou serviços resultantes.

Em redes sociotécnicas tanto os indivíduos quanto os artefatos exercem papéis cruciais que se fundem, numa espécie de socialização reflexiva. Nas redes sociotécnicas cada

² Apesar de não ter sido introduzida a teoria das convenções na presente discussão, cabe ressaltar de que esses processos de agregação de redes heterogêneas não são mediatizados apenas por interesses comuns, mas também por valores que se assemelham. “O grande mérito da teoria das convenções é tornar visível o mundo de valores escondidos por trás das normas e técnicas e identificar os foros de debate em torno de *standards* como *locus* privilegiado de negociação de interesses e valores. Assim, num primeiro momento, esse enfoque desloca a discussão da simples identificação de interesses em jogo para a justificação de ação em termos de valores. Num segundo momento, identifica um conjunto heterogêneo de sistemas coerentes de valores, cada um com a sua legitimidade e irredutibilidade. Os novos *standards* obrigatórios, portanto, não podem simplesmente refletir os valores de um desses sistemas de valores, mas, devem buscar princípios comuns a mundos diferentes ou reconhecer uma pluralidade de critérios” (WILKINSON, 2002, p. 19).

indivíduo é um agente em interação com redes de artefatos (atributos/elementos/informações) e pessoas. De acordo com Callon (2008), o elemento humano que integra a rede sociotécnica tem seu comportamento norteado por intencionalidades e questões de natureza subjetiva, pode criar e influenciar representações, domina a linguagem e a predisposição à mobilidade e à articulação. Por outro lado, o elemento não-humano (objetos, processos, técnicas, saberes, instrumentos, insumos, produtos etc) impacta o funcionamento da rede numa condição passiva, visto que são conduzidos pela vontade humana. Por isso, um artefato pode ser utilizado para fins controversos, mesmo sendo positivos os interesses em sua criação ou ter sua aplicação ampliada para outros campos que não sua função específica. Segundo Callon (2008, p. 311) a plasticidade de um artefato se deve, portanto, à sua “inércia, textura e constituição”.

Dentro desse emaranhado de relações, preconiza-se a existência do ator-rede, cujo papel é priorizado em função da posição relativa no ambiente social. Ou seja, suas características estruturais e motivações à articulação não são meros efeitos causais em dada conjuntura, pois as redes precisam ser mobilizadas e conduzidas sob o crivo de formulações táticas e estratégias de poder que assegurem efeitos expansivos. Nesse tipo de rede necessita-se de um centro de coordenação de ações e poder, que pode ser uma rede ou um indivíduo. Em geral, como projetos de escala micro, meso ou macro são executados em parceria com o governo ou representantes legais, atores ou redes da esfera pública poderiam ser considerados centros potenciais, conformando uma espécie de “núcleo duro” (IBARRA et al, 2002). Além disso, essa instância detém legitimidade e aparato técnico-burocrático para regulamentar, normatizar e promover políticas públicas de fomento.

Uma rede dessa natureza não é constituída espontaneamente e os acordos firmados em projetos comuns criam expectativas de cumprimento dos interesses das redes heterogêneas, mesmo que o usufruto de benefícios seja assimétrico devido a fatores como hierarquia, relações de poder, fluxo informacional e capacidades de ação diferenciadas. Nesse sentido, traduzir interesses divergentes e específicos em demandas comuns é uma tarefa contingente, variável e localizada. Quanto à coordenação da rede, é indispensável flexibilidade, capacitação, aprimoramento e adaptabilidade. Assim sendo, análises de inserção tecnológica ou de inovações nas práticas sociais de mercado devem ser dinâmicas devido às alterações constantes de equilíbrio e mobilidade. Além disso, a solução de problemas, as características e

significados atribuídos aos artefatos são construídos sob o crivo de diversas visões de mundo. “*Techonology, as well as science, can be understood as a social construct*” (PINCH; BIJKER, 1997, p. 25). Constructo social este que é estabelecido em relações multidirecionais e multifacetadas.

Portanto, a aceitação da tecnologia, seus usos e problemas são questões cuja ocorrência e solvência cabe às decisões e comportamentos dos grupos sociais envolvidos. De acordo com Pinch e Bijker (1997), direcionar uma tecnologia para um público-alvo local ou externo exige conhecimento detalhado a respeito dos interesses de cada grupo social envolvido e as respectivas funções que o artefato venha a exercer para os mesmos, uma vez que sua construção e interpretação têm raízes socioculturais dinâmicas. Dessa forma, mesmo os grupos com menores condições de participação precisam ser incluídos para captar os efeitos indiretos e induzidos provocados por alterações tecnológicas no ambiente social, cultural, político, econômico e natural.

Após conceber a nova tecnologia, começa a etapa de identificação de possíveis problemas para cada grupo social envolvido e formulação de múltiplas soluções (saídas/reações) para cada problema encontrado. No último estágio, as considerações relativas aos grupos, interesses, conexões, artefatos, problemas e soluções viáveis e adequadas à constituição de uma rede sociotécnica podem ser discriminadas num mapa de conexões e possibilidades de ação/reação multidirecionais (Figura 1), propiciando visibilidade de cenários e relações, úteis à mobilidade e adaptabilidade das redes sociotécnicas em transições e instabilidades conjunturais.

Assim, um processo tecnológico só é concluído quando as soluções dos problemas relativos são alcançadas, estabilizando a produção e o uso da tecnologia (PINCH; BIJKER, 1997). Após a inserção e consolidação da tecnologia no mercado, no caso o turístico, a motivação inicial da rede é cumprida, dando espaço para o aprimoramento dos resultados alcançados, bem como repensar novas questões. É justamente nesta última fase que se pode adicionar um diferencial à posição de ator-rede, desde que ocupada pelo poder público, uma vez que os agentes privados não têm a obrigatoriedade de manter conexões sem interesses particulares envolvidos. Nesse caso, já haveria uma experiência de cooperação, uma espécie de entorno social mobilizado, que poderia ser remobilizado pelo centro de ação, um “núcleo duro”, numa rede mais ampla que a sociotécnica ou constituindo novas redes da mesma

natureza. Para isso podem ser agregados os diversos atores e grupos de interesses tanto da esfera pública e privada, quanto da sociedade em geral, criando novos incentivos para as inúmeras demandas e contingências.

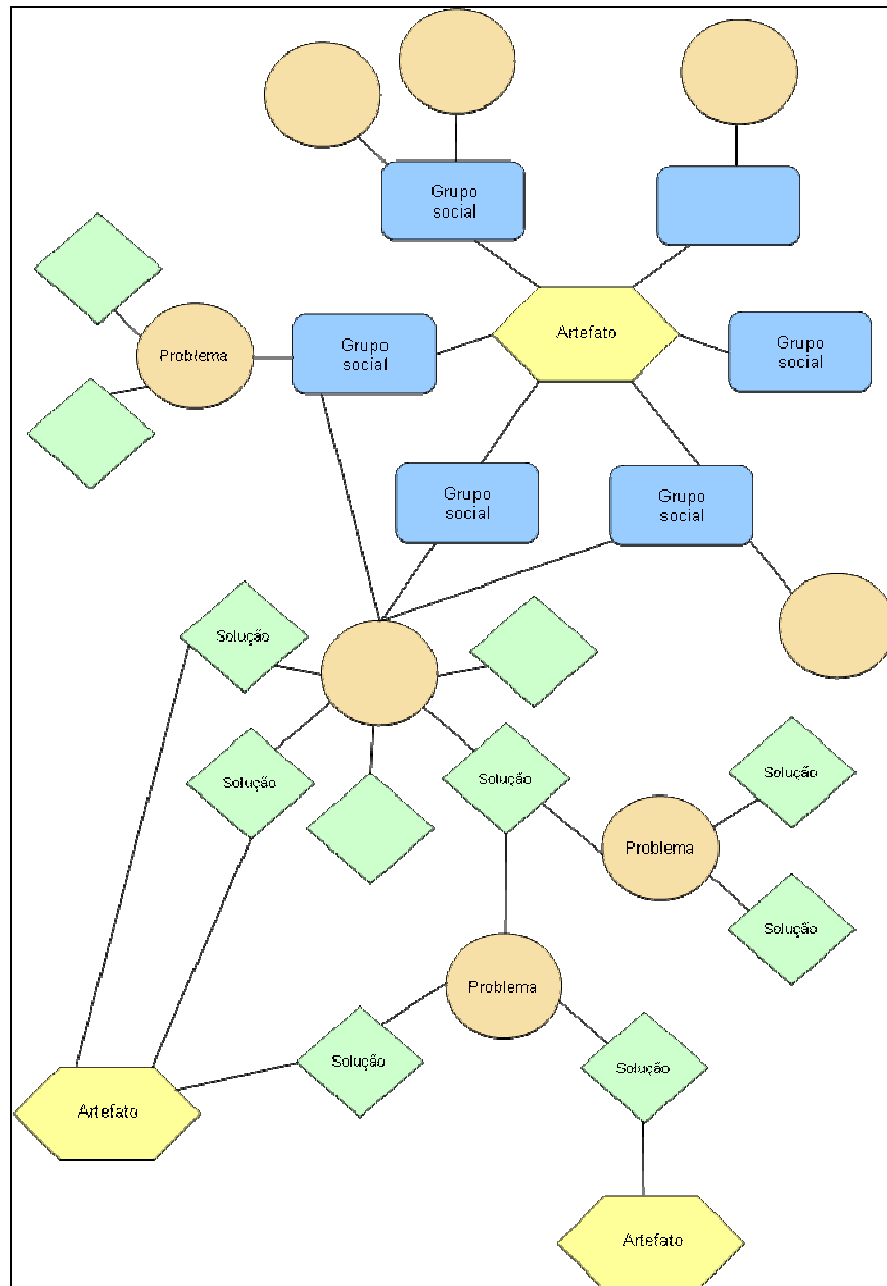


Figura 1 – Mapa de conexões.

Fonte: PINCH; BIJKER, 1997, p. 37 (alterações no original – inclusão de cores).

A Figura 1, elaborada por Pinch e Bijker (1997), originalmente demonstra o processo de desenvolvimento de um artefato, a bicicleta. Apesar de não ser diretamente aplicável ao

turismo, é útil para compreender a junção de elementos e as relações possíveis que compreendem uma rede sociotécnica. É relevante, ainda, para destacar a adaptabilidade das dinâmicas, a exemplo das relações possíveis entre artefatos, grupos sociais em destaque, problemas e soluções, bem como os espaços vazios, representando questões desconhecidas a serem exploradas. Estes podem estar vinculados à insuficiência informacional para a definição de cenários, à incapacidade de acessar recursos ou grupos cruciais, à não aceitação de certos produtos e serviços por algumas redes ou grupos de indivíduos e até mesmo a instabilidade atribuída aos “efeitos surpresa”, gerados por desequilíbrios ambientais, crises econômicas, sociais e políticas, por exemplo.

A operacionalização da associação de heterogêneos, humanos e não-humanos, na abordagem do ator-rede é descrita por Callon (1997) em dois estágios empírico-cognitivos: a simplificação e a justaposição. A simplificação é um mecanismo através do qual se reduz o campo de possibilidades e anseios de uma realidade complexa, que Callon pressupõe infinita, em um conjunto mais restrito de atores em associação e de objetivos formulados, condizente com as capacidades e dispositivos de ação, coordenação, intervenção e transformação. *“The simplifications that make up the actor network are a powerful means of action because each entity summons or enlists a cascade of other entities”* (CALLON, 1997, p. 96). A simplificação é complementada sinergicamente pela concepção de justaposição de elementos (fatos, objetos e agentes) que conferem coerência, consistência e estrutura nas relações estabelecidas dentro da rede. Para que seja eficiente a justaposição, é indispensável a simplificação. O funcionamento do todo depende do funcionamento das partes e vice-versa.

Turismo, redes sociotécnicas e integração de atores: limites e possibilidades

Muito distante da tentativa de indicar soluções para a problemática da integração de atores, seja no campo turístico ou nos demais, pois isso significaria, em outros termos, propor a simplificação de uma tarefa interminável, complexa e com nuances específicas – considerando variáveis como tempo, espaço e atores –; o que se pretende, nesta seção, é dialogar com a sociologia econômica, no sentido de buscar aplicações da teoria de redes sociotécnicas ao campo do turismo, como mais uma alternativa de intervenção, visando encontrar novos caminhos não só para alcançar a participação como também sua perpetuação.

Cabe ressaltar, que apesar de estarem sendo discutidas alternativas que motivem uma maior integração de atores como forma de aprimorar os resultados da atividade turística num destino, não está sendo desconsiderada a necessidade de cautela nas proposições e rumos traçados, mesmo porque, os discursos muitas vezes mascaram os efeitos reais da atividade turística, que pode ser muito convidativa e pouco equitativa e sustentável. Como parâmetro, tem-se as análises apresentadas por Coriolano em sua obra “*O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*” (2006), tendo como objeto de estudo o estado do Ceará. Segundo a autora,

o turismo se tornou uma atividade tão politicamente ecumênica que transcende ideologias. O fato é que o turismo vem sendo tratado no Ceará como prioridade, independente do partido que esteja no poder. Inclusive nas campanhas eleitorais, todos os candidatos manifestam o consenso de que a atividade deve ser cuidada e aprimorada, embora com visão diferente entre cada um, dentro do entendimento de que é um setor decisivo para o Estado (O POVO, citado por CORIOLANO, 2006, p. 69).

Essa concepção é reproduzida de tal forma que coloca o turismo num patamar que suplanta os demais setores da economia, fundamentais para um bom desenvolvimento econômico e social. Haja vista a disparidade social destacada pela autora, inclusive no que se refere aos diferentes processos de urbanização entre litoral e demais áreas da capital Fortaleza. Após esclarecer a constatação de que a atividade turística é permeada por vulnerabilidades e distorções, as análises de Coriolano (2006) também ilustram o diferencial de um setor público ativo, cumprindo funções como planejar, coordenar e fomentar a expansão e consolidação do turismo no estado do Ceará.

Esse ponto é, portanto, essencial para a discussão em pauta. Ou seja, pode-se relacionar a conduta do governo cearense com a posição a ser exercida por um “ator-rede”, o que se assemelha, da mesma forma, à proposta de “núcleo duro”. Em ambas as proposições o governo assumiria função central na rede, sem suplantando a importância dos demais atores/redes envolvidos, inclusive destacando serem indispensáveis para a etapa de execução. No caso de uma rede sociotécnica o papel de um “ator-rede” tem temporalidade definida, só que, a partir desse ponto, pode-se preconizar uma postura semelhante, porém expansiva, ao adaptar a função de um “ator-rede” para a função de “núcleo duro”. Nessa perspectiva, sugere-se que o setor público assumira o papel inicial de ator-rede, mesmo porque, em sua função e constituição está imbricada a responsabilidade em garantir os interesses da

coletividade; logo, está capacitado a criar condições favoráveis de integração entre esfera pública e privada, com minimização dos custos relacionais e distorções e maximização dos benefícios com distribuição equitativa. Subjacente a isso está a pressuposição de que os efeitos e a aprendizagem obtida com a integração em redes sociotécnicas (num primeiro momento ou concomitantemente) possam desenvolver artifícios e motivações que mobilizem os atores e aprimore a capacidade de ação dos mesmos.

De acordo com o Plano de Mudanças do Estado do Ceará (1987), citado por Coriolano (2006, p. 71), para alcançar as mudanças esperadas era preciso que o Governo desfrutasse de “um sólido respaldo político. Credibilidade, confiança, apoio, participação consciente e organizada da população são condições indispensáveis para que o Governo consiga atingir seus objetivos estratégicos”. A mesma direção argumentativa é adotada pela Secretaria de Turismo do Estado (1998), citada por Coriolano (2006, p. 83):

De nada resulta integrar setores públicos se não tivermos, absolutamente integrados com o setor privado, que é quem operacionaliza o turismo. Nós planejamos, fomentamos, criamos os instrumentos, os regulamentos, as normas, mas a operacionalização é toda feita pelo setor privado. Nosso papel é fomentar o produto turístico Ceará, nossa missão é a de integrar cada setor da cadeia produtiva, na ação de qualificar, de informar cada setor, de promover, de fomentar mercados, fluxos, investimentos, numa ação de *marketing* estratégico, para consolidar o Ceará como destino turístico.

Mesmo reconhecendo os limites dos efeitos reais do turismo difundidos pela sociedade na qual é promovido e usufruído, bem como os interesses políticos, eleitorais e econômicos de coalizões entre os grupos envolvidos na conformação dos processos, além dos benefícios e facilidades concedidas aos mesmos e da conseqüente concentração de riquezas, para a finalidade deste artigo, os trechos destacados são bons exemplos para esclarecer a função que um “ator-rede” ou “núcleo duro” deveria exercer numa rede turística, coordenando atores, redes e artefatos (elementos materiais e subjetivos).

No caso da maioria dos destinos turísticos onde a concepção de funcionalidade do setor público fica à mercê das discontinuidades resultantes das sucessões de partidos políticos no poder, bem como do descaso durante o cumprimento dos mandatos, essa função de centro coordenador também pode ser exercida por um ator/rede competente e legitimado da esfera privada ou por organizações não-governamentais (ONGs), bem como por instituições de pesquisa, não submissas às oscilações no campo político, como universidades, por exemplo.

Contudo, não há, aqui, a pretensão de atribuir às universidades a responsabilidade de criar e gerir processos de desenvolvimento. Compreende-se, todavia, que a sociedade e a esfera privada poderiam alcançar bons resultados sociotécnicos em parcerias afinadas com as universidades, faculdades e demais institutos de pesquisa, em função do capital humano disponível e das atividades de pesquisa em desenvolvimento passíveis de aplicação (novas tecnologias e inovações), bem como a realização de pesquisas por encomenda. Ademais, é uma rede científica que se conecta com várias outras, em diversos lugares do mundo, em função dos vínculos entre grupos de pesquisas e convênios, dentre outras possibilidades.

Com base em Coelho e Favareto (2007, p. 98), essa coesão preconizada entre atores e também delineada nos discursos de representantes da esfera política do Ceará, evidenciando o papel central do poder público, pode ser analisada, em outros termos, como um “bom desenho institucional [que] facilita a inclusão, o diálogo e a negociação”. Entretanto, os autores apontam que mesmo reconhecendo a relevância do “bom desenho institucional” para desencadear processos participativos, é preciso ressaltar a dificuldade em reconhecer e traçar o que seriam esses bons desenhos, ou ainda, “as condições que levariam os atores estatais e políticos, responsáveis pela organização desses foros a preferir esse ‘bom’ desenho a um outro, que favorecesse a reprodução da sua própria coalizão política” (COELHO; FAVARETO, 2007, p. 98). Essa fragilidade evidencia um dos gargalos institucionais que costuma travar processos ou mesmo fazer com que sejam dissolvidos diante de interesses “particularistas” ou mesmo por uma questão óbvia que é a falta de interesse em agir, transformar, deixando a máquina pública funcionar com uma cultura organizacional pouco eficiente e eficaz.

De maneira geral, essa noção de “engenharia institucional” baliza a proposta de o setor público figurar como “núcleo duro” desde que se tenha como perspectiva a continuidade dos efeitos alcançados a partir de uma rede sociotécnica constituída para finalidades turísticas; do contrário, ao preconizar efeitos com temporalidades definidas, outros atores estariam aptos a ocupar tal posição. Além disso, a esfera pública pode auxiliar na condução de ações e atitudes que contribuam para minimizar as assimetrias entre as redes e atores envolvidos. Numa rede sociotécnica cada ator/rede complementa os demais níveis e todos se beneficiam, mesmo em escalas distintas. No caso dos efeitos secundários, com a “conclusão” da rede – obtenção do resultado proposto em projeto – onde não estejam em jogo produtos, processos e tecnologias,

a questão das assimetrias torna-se mais complexa. É preciso dar voz aos desiguais, dando-lhes condições e ambiente favoráveis à sua expressão, contribuindo para o aprimoramento de processos de identificação das demandas a serem trabalhadas, as melhores formas e estratégias de se compor parcerias e incentivar iniciativas privadas em conjunto com políticas públicas.

Por meio da Figura 2, busca-se sistematizar as conexões e efeitos resultantes do diálogo entre os dois estágios de experiência: o primeiro, onde a constituição de uma rede sociotécnica poderia viabilizar a integração dos atores, e, o segundo, no qual a aprendizagem adquirida com a vivência da primeira etapa pode ser expandida para outros espaços, atores e motivações.

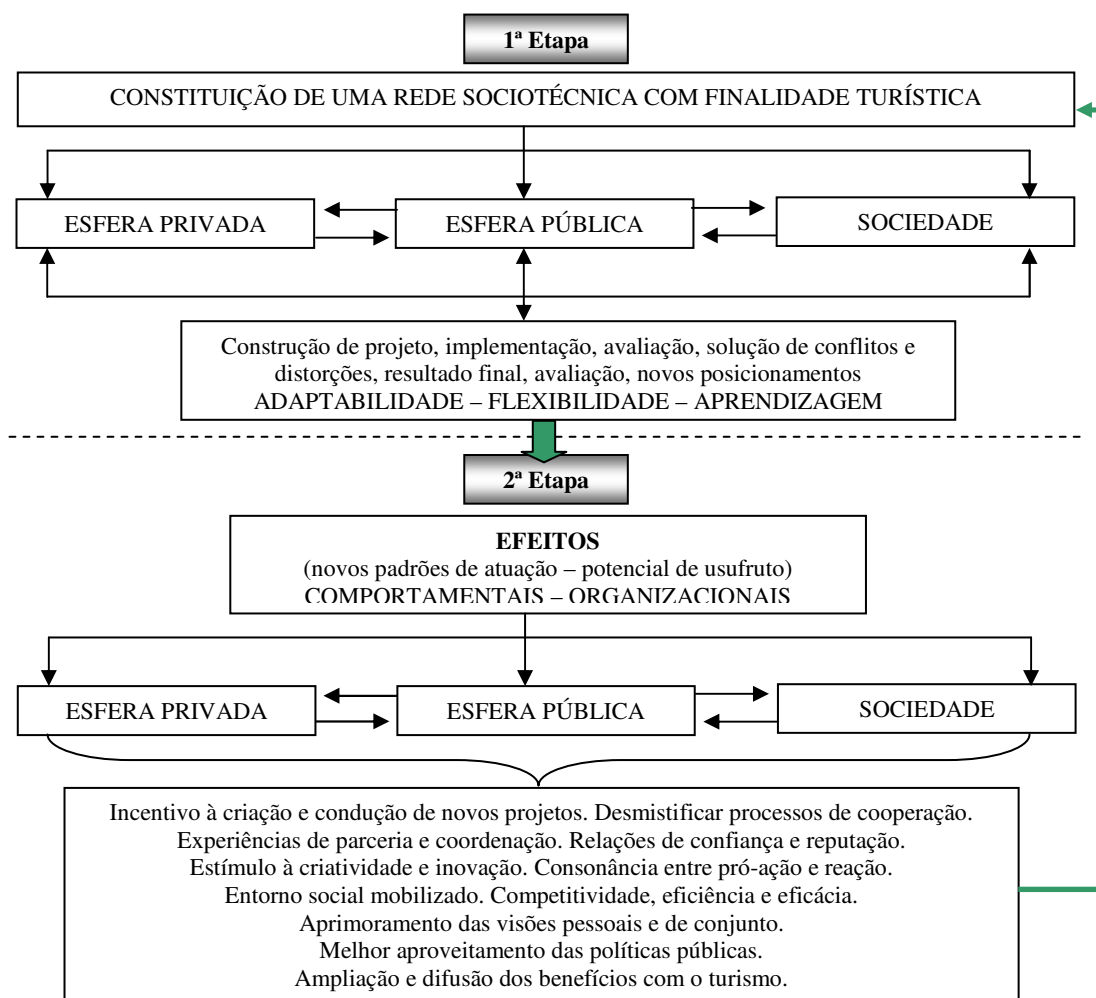


Figura 2 – Efeitos relacionais de experiências a partir de redes sociotécnicas
Fonte: Criação da autora.

Na primeira etapa preconiza-se a formação de uma rede sociotécnica, considerando que o espaço de atuação, construção de visões e formação de parcerias é um tanto árido, demandando esforços no sentido de instaurar uma cultura de construção de parcerias pautada em responsabilidade, respeito, confiança e interesses mútuos e complementares. Nesse estágio, interagem a esfera pública, a esfera privada e a sociedade em instâncias distintas e com motivações diversas. Conforme dito anteriormente, o setor público estaria sendo escolhido como “ator-rede” para conduzir os processos e poder explorar oportunamente no segundo estágio os efeitos gerados na primeira fase, assumindo a função de “núcleo duro”. Nesse segundo momento, além de já terem sido alcançados os objetivos e metas do projeto que mobilizou uma rede de artefatos e atores heterogêneos, espera-se que uma nova cultura relacional e organizacional tenha sido gerada, mesmo que ainda se encontre em estágio embrionário. Assim, acredita-se que os efeitos apresentados na base da Figura 2 possam auxiliar a induzir processos mais amplos de integração, “contaminando” outros atores e redes com os benefícios da formação de parcerias comprometidas e responsáveis, conduzindo a um ciclo contínuo de retroalimentação e difusão.

O mecanismo causal implícito é o de que, com a ampliação da participação, ocorreria uma mudança na qualidade do processo decisório capaz de alterar a distribuição dos recursos públicos, a forma de implementar as políticas e o modo de pactuar acordos regionais. Esse novo padrão, ao fomentar a negociação e a cooperação entre vários segmentos sociais, levaria a um aumento da confiança e da coordenação entre os atores, o que poderia contribuir, enfim, para a promoção do desenvolvimento (AVRITZER, 2003; GAVENTA, 2004 citados por COELHO; FAVARETO, 2007, p. 100).

Em outros termos, seja no campo da sociologia, seja na tentativa de aplicar ao turismo, a teoria de redes sociotécnicas evidencia elementos que vão além da instância institucional, política ou econômica. Segundo Silva (2007, p. 479), a abordagem relacional das redes pode romper

com uma certa tendência a explicar os processos sociais, particularmente aqueles do campo político, apenas em termos de intencionalidades e/ou escolhas estratégicas. Sem negar a importância destas, o foco nas relações possibilita tratar de maneira mais adequada o complexo relacionamento entre o sentido da ação para os atores e o sentido assumido pela ação dos atores no âmbito do campo relacional no qual está inserida e pelo qual é condicionada.

Assim, essa concepção relacional assevera a proposta de usufruir não só das redes sociotécnicas, constituídas por motivações definidas, como mecanismo de obter a integração

dos atores de maneira eficiente, eficaz e oportuna; mas também expandir os efeitos obtidos nessa primeira etapa, através da extensão da função do ator-rede para a condição de “núcleo duro”, pois, os efeitos não se esgotam com a conclusão do(s) projeto(s) de uma rede. Deste modo, pressupõe-se que a qualidade do intercâmbio social formal e informal resultante dos elos entre atores/redes (conectados a várias outras redes) e artefatos é fundamental para construir capital social, regras de reciprocidade e valores como reputação que, em conjunto com inúmeros outros elementos, podem conduzir a uma espécie de confiança social, não excluindo, é claro, a possibilidade de geração de distorções e oportunismos, aspectos aqui considerados como ocorrências³ que não impossibilitam a proposição sadia de cooperação, integração.

Considerações Finais

A partir da proposta de Callon (1997) de conceber o estudo da tecnologia como uma ferramenta de análise sociológica, foram verificados elos e efeitos resultantes do processo de desenvolvimento tecnológico (características, público, universo, interesses) como um traço do constructo social. Por conseguinte, ao efetuar esse diálogo, abre portas para adaptar alguns de seus pressupostos aos estudos do turismo. A possibilidade de mapear e analisar os padrões e motivações de articulação entre redes heterogêneas, quais os projetos em disputa e comuns, a concepção de problemas e soluções, as relações de poder, de conflitos e de posição dentro da rede, descortina visões de mundo fundamentais para conceber, avaliar e implementar projetos de associações heterogêneas e expandir as experiências vivenciadas e os valores construídos para outros campos e finalidades.

Nesse sentido, como a constituição de redes sociotécnicas é heterogênea, sustentada por interesses diversos e de caráter inovador pode, apesar de ser proposta em caráter temporário estimular a dinamicidade do conjunto de atores, mobilizando-os, instigado à integração dos dados, fomentando tecnologias e ações inovadoras continuadas que resvalem efeitos positivos condicionantes e expansivos em todos os estratos. Por outro lado, a ideia do não comprometimento contínuo pode soar menos impactante à noção de cooperação e reciprocidade, ou seja, menos tempo de ligação a um grupo, sendo que essa ligação não

³ É uma pena que a palavra “exceção” seja frágil e se esvazia nesse contexto.

compromete novas inserções em ambientes onde a rede não atue. Assim, o potencial empreendedor é potencializado mesmo porque, também não há impedimento para a rede formada em torno de um projeto continuar reunida em função de novas propostas e interesses.

Referências

CALLON, Michel. Dos estudos de laboratório aos estudos de coletivos heterogêneos, passando pelos gerenciamentos econômicos. *Revista Sociologias*. Porto Alegre, ano 10, n. 19, jan./jun. 2008. p. 302-321.

CALLON, Michel. Society in the Making: the study of technology as a tool for Sociological Analysis. In: BIJKER, Wiebe E; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor F. Introduction. *The Social Construction of Technological Systems*. New Directions in the Sociology and History of Thecnology. 6. ed. USA – Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 1997. p. 83-103.

COELHO, Vera Schattan P.; FAVARETO, Arilson. Dilemas da participação e desenvolvimento territorial. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007. p. 97-126.

CORIOLOANO, Luzia Neide Menezes Teixeira. *O turismo nos discursos, nas políticas e no combate à pobreza*. São Paulo: Annablume, 2006.

IBARRA, P.; GÒMAN, R.; GONZALEZ, R.; MARTI, S. Los nuevos movimientos sociales. El estado de la cuestión. In: IBARRA, P.; GÒMAN, R.; GONZALEZ, R.; MARTI, S. (Orgs.). *Creadores de la democracia radical. Movimientos sociales y redes de políticas públicas*. Barcelona: Icaria Editorial, 2002. p. 23-55.

PINCH, Trevor F; BIJKER, Wiebe. The Social Construction of Facts and Artifacts: or how the Sociology of Science and the Sociology of Technology might benefit each other. In: BIJKER, Wiebe E; HUGHES, Thomas P.; PINCH, Trevor F. *The Social Construction of Technological Systems*. New Directions in the Sociology and History of Thecnology. 6. ed. USA – Massachusetts Institute of Technology: MIT Press, 1997. p. 17-50.

SILVA, Marcelo Kunrath. Dos objetos às relações: esboço de uma proposta teórico-metodológica para análise dos processos de participação social no Brasil. In: DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (Orgs.). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó: Argos, 2007. p. 477-497.

WILKINSON, J. Sociologia econômica, a teoria das convenções e o funcionamento dos mercados: inputs para analisar os micro e pequenos empreendimentos agroindustriais no Brasil. *Ensaio FEE – Fundação de Economia e Estatística*. Porto Alegre: FEE, 2002. p. 1-25.